

***Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*ⁱ**

ANDRÉA CRISTINA SANTOS

A história do Partido Comunista do Brasil (PC do B) tem sido objeto de estudos historiográficos acerca de dois aspectos particulares de sua trajetória: o movimento de guerrilha no sul do Pará, entre 1972 e 1974, e o processo de cisão, em 1962, de sua matriz originária, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesses estudos, tem-se observado uma lacuna referente à militância partidária e à ação política, as formas com as quais se concretizou, as estratégias e os desafios para executá-la. Torna-se necessário analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estritamente pelo entendimento da linha político-partidária, como se esta se auto-explicasse e não precisasse criar um campo de interlocução para interpretar e colocá-la em prática. A investigação sobre a ação coletiva dos militantes pode nos revelar aspectos pouco conhecidos da vida partidária, ainda mais se considerarmos que alguns ativistas políticos estão mortos e não deixaram registros de sua participação nem das estratégias políticas usadas para organizar o partidoⁱⁱ. Este ensaio aborda a história partidária pelo conjunto de seus membros, com o objetivo de identificar propostas políticas, elementos da cultura partidária e da ação política em Salvador e no interior do estadoⁱⁱⁱ.

A história do PC do B, na Bahia, tem origem com um grupo de estudantes da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, em 1965, reuniu-se para criar um organismo de base. Logo após o golpe militar, as duas únicas organizações a disputar espaço político nas principais faculdades da instituição foram o PCB e a Ação Popular (AP). O PC do B seria a terceira força política no movimento estudantil e tentaria atrair grupos estudantis independentes. Antes mesmo de existir como grupo político, esses estudantes mantinham laços de identidade e solidariedade como jovens que partilhavam a mesma sala de aula. A consciência política que adquiriram e os levou ao encontro do PC do B nasceria de um diálogo entre semelhantes que desejam conquistar representação política numa escola tradicionalmente politizada.

Entre os anos de 1965 e 1967, o grupo se encontrava para fazer reuniões, discutir o estatuto partidário, documentos e *A Classe Operária*, órgão oficial do Comitê Central (C.C). As reuniões eram feitas em bairros populares como São Caetano, Alto das Pombas e na Lagoa do Abaeté, no bairro de Itapuã, e na ilha de Itaparica. As reuniões afastadas do centro da cidade sugerem o caráter clandestino a que estava submetido o partido, mas refletiam também as condições da pouca representatividade na Faculdade de Direito.

A experiência dos militantes do PC do B no movimento estudantil só seria capitalizada, em 1968, permeado a conquista do diretório de duas importantes escolas da UFBA: o Centro Acadêmico Rui Barbosa, em Direito, com Rosalindo Souza, um rapaz negro, nascido em Caldeirão Grande, interior do estado e funcionário da Diretoria do Ensino Industrial do SESI, e na Faculdade de Medicina, com Nilton Gomes Oliveira. A conquista dos dois diretórios representou para os militantes a possibilidade de imersão no movimento estudantil e um momento de afirmação como grupo político. Além destes dois diretórios, o presidente do Diretório Acadêmico (D.A) de Direito da Universidade Católica, Luís Cayres Tunes, também era militante do partido.

A atuação do PC do B no movimento estudantil seguia determinação do documento **Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil**, no qual pregava que os militantes deveriam apoiar as atividades das entidades estudantis, participar dos centros acadêmicos e trabalhar pela organização do movimento estudantil integrado as bases. O grupo ligado ao PC do B seria reconhecido pelos militantes de outras organizações pela sua origem rural, com raízes sociais em cidades do interior e por se caracterizarem como estudantes-trabalhadores, cujas famílias mantinham pequeno comércio local ou eram filhos de funcionário público. A origem de estudantes de cidades do interior, o contato com o mundo agrário, trouxe consigo uma compreensão crítica de que o sistema capitalista ressaltava as contradições de classe, visíveis numa cidade como Salvador que passava por um processo de expansão do capital

financeiro na cidade e redefinição do espaço urbano com o deslocamento progressivo, nos anos 60, das camadas mais pobres para os bairros periféricos.

Na universidade, os militantes do PC do B seriam reconhecidos, no ano de 1968, como “radicais” e

maoístas, simpatizantes da Revolução Cultural e da guerra popular prolongada. A identificação com a China era um elemento importante, à época, para o grupo, que desejava contrapor-se ao PCB, bem como seria utilizado para se diferenciar do que eles chamavam de grupos ligado ao “foco”, cujas formulações teóricas se fundamentavam na concepção da luta armada inspirada na Revolução Cubana. A identificação com o maoismo também se expressava na defesa de acabar com professores e (re)ensinar o professorado^{iv}.

À frente do CARB, os militantes vão combinar uma ação política de massa, que incluía medidas administrativas como facilitar o acesso aos livros a uma atuação política radical. Meados de 1968, conflito com policiais que estudavam na faculdade levariam a suspensão de aulas, devido aos estudantes, à frente o CARB, solicitar a exclusão do quadro de discente os estudantes Átila Brandão de Oliveira, Francisco José Pitanga e Rodolfo Buonavita sob a acusação de que seriam agentes dos órgãos de repressão^v.

De agosto a novembro, a Faculdade de Direito enfrentou situação de conflito permanente entre os estudantes e a Direção da Escola, com os alunos recusando a assistir às aulas. A situação chegou a tal grau de incompatibilidade que teria havido agressão pessoal ao diretor e professor Orlando Gomes e aos estudantes-policiais. Posteriormente, em 1969, a Polícia Federal enviaria relatório à Justiça Militar qualificando as atividades como implacável “manifestação desrespeitosa, sem a reverência devida, não só pelo cargo, mas pela fama internacional do mestre” e julgaria as atividades ocorridas na escola “como palco de intolerável subversão”^{vi}. Em 8 de janeiro de 1969, em atenção à solicitação da Procuradoria Militar, a Polícia Federal iniciou investigações junto a professores para apurar as atividades realizadas em 1968 e concluiu pela intimação de vários estudantes, entre eles militantes do PC do B,

como incurso na Lei de Segurança Nacional, como consta inquérito policial do fundo Brasil Nunca Mais (BNM 71/69). Entre os indícios de provas, estavam o uso de verbas do Diretório Central dos Estudantes, da UFBa, para realizar congresso clandestino de entidades extintas, paralisação das escolas, greves e ocupações.

Além do inquérito policial, 240 matrículas de estudantes secundaristas e universitários foram suspensas^{vii}. Na Faculdade de Direito, 27 alunos tiveram a matrícula suspensa, destes 12 eram militantes do PC do B^{viii}. Numa tentativa de realização de assembléia estudantil para reaver o direito a continuarem estudando, houve ocupação da Faculdade de Direito pela Superintendência da Polícia Federal e sete militantes do PC do B foram levados ao 19º Batalhão de Caçadores, no bairro do Cabula, onde cumpriram prisão por 30 dias e responderam a inquérito policial na Polícia Federal relatando os acontecimentos ocorridos na instituição^{ix}.

A prisão dos estudantes representaria o desenlace do movimento estudantil na Bahia após o AI-5. A suspensão da matrícula teria sido um atentado à autonomia universitária, uma vez que não havia base legal para o decreto ser aplicado retroativamente, assim como o próprio AI-5. A UFBa aceitou, passivamente, sem contestação, o desrespeito à autonomia universitária, reservando aos alunos o direito de readquiri-la pela via judicial^x. Os estudantes, ligados ao PC do B, chegaram a impetrar Mandado de Segurança, o qual foi denegado pelo juiz federal Antônio de Seixas Salles Filho, em 9 de setembro de 1969, com a justificativa de que lamentava que “[...] uma minoria da gloriosa mocidade brasileira tenha se deixado arrastar pelos inimigos da ordem e da disciplina, que pretendiam mudar o regime democrático, em que vivemos, abusando da tolerância das nossas autoridades constituídas [...]”^{xi} ”

A imersão na luta armada

A instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar lideranças estudantis, a conseqüente desorganização das entidades organizativas dos estudantes (diretórios

acadêmicos) e o “clima de medo” que passou a existir dentro da universidade seriam expressões do AI-5 dentro da universidade. Algumas lideranças estudantis aprofundaram os laços com as organizações de esquerda armada, no processo de imersão na luta clandestina contra o regime militar, ficando suscetíveis às prisões que se sucederiam, as mortes e desaparecimentos.

Já o PC do B apressava, de forma clandestina, os preparativos para a preparação da guerrilha rural que se desenvolveria na região Sul do Pará entre os anos de 1972 e 1974. A partir de 1969, de acordo com o PC do B, seria tarefa do militante comunista organizar-se de forma aberta ou clandestina na cidade e no campo entre os operários, camponeses, estudantes e intelectuais, realizar propaganda em círculos limitados, agitação de massa e recrutar novos membros para as fileiras comunistas^{xii}.

Na cidade, o PC do B direcionou a ação política da militância para reorganizar as entidades estudantis extintas como a União dos Estudantes da Bahia (UEB), Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas da Bahia (ABES), Diretórios Acadêmicos (D.As) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA e Universidade Católica. Paralelamente, ocorreria o deslocamento de militantes estudantis para a região do Araguaia, no movimento de intensificação das ações armadas para o campo.

Os militantes que continuaram no movimento estudantil procurou pautar sua ação por meio da combinação de duas táticas: a perspectiva de fazer trabalho legal de massa na universidade, como eventos, encontros e reuniões estudantis, chamadas de “Semanas Culturais” e/ou “Semanas Científicas”, à intensificação do trabalho clandestino em prol da reestruturação das entidades estudantis.

As “Semanas” aconteceram na UFBA e na UCSAL e consistiam em aproveitar espaços de convivência, nos quais poderia ocorrer mobilização estudantil para reivindicar propostas, atos de conscientização política, relações de solidariedade, apoio logístico e recrutamento futuro. Durante esse período, a militância foi acrescida de secundaristas e universitários com

experiência anterior no ensino médio. Entre os anos de 1969 e 1971, o PC do B teve núcleos nos colégios Aplicação, Colégio “Central”, Severino Vieira, Escola Técnica Federal, Manoel Devoto, Ginásio São Salvador e colégios particulares como Antônio Vieira, Sacramentinas, Dois de Julho e Mercês. Antes de 1969, o PC do B tinha presença localizada nos colégios Central, ICEIA e Escola Técnica Federal.

Concepção política: dualismo estratégico

Desde a criação do PC do B em 1962 até o início da Guerrilha do Araguaia em 1972, o partido traçou um percurso cheio de meandros na definição da luta armada no Brasil. A produção historiográfica existente – e ainda pequena - sobre a trajetória da organização consolidou uma interpretação de que as formulações político-ideológicas refletiam um “dualismo tático estratégico”: ora se definia pela tática da política de luta de massas, ora o enfrentamento armado contra a ditadura militar^{xiii}

O movimento guerrilheiro no sul do Pará teve singular importância para o partido. Foram deslocados, paulatinamente, desde 1967, 69 militantes, destes 59 foram mortos. Embora o PC do B não tivesse concebido a cidade de Salvador como uma área de insurreição armada, a defesa da luta armada era um elemento constitutivo da ideologia política. Mas a luta armada não seria um fim em si mesmo nem tampouco o único meio com o qual os militantes pautaram a ação política. Como observamos, a primeira tarefa a que se propunham os militantes fora realizar movimentos de massa. No momento posterior, engajar-se no movimento insurrecional. De modo que o “dualismo estratégico” não seria apenas uma deformação da concepção político-partidária, e sim uma ambivalência vivenciada pelos membros do partido. A luta de massa não estava dissociada do confronto armado, porém com restrição à ação de guerrilhas urbanas.

Isso é perceptível em depoimentos de militantes do partido. Havia condenação às ações armadas imediatas como a expropriação de recursos financeiros, mas houve uma integração ao campo, com o deslocamento de militantes tanto para o Araguaia quanto para as cidades do

interior da Bahia. Isso foi Definido o campo como terreno prioritário para a luta armada, o partido empreendeu “campanha de revolucionarização” dos seus quadros que consistia em adotar “métodos corretos de direção e de trabalho e assimilar um estilo revolucionário”. Na Bahia, a campanha significou recrutamento de militantes, cuja capacidade de liderança de massa fosse acentuada, e a realização de ações clandestinas de agitação e propaganda no início dos anos 70.

Paralelo a isso, ocorreu deslocamento de dirigentes regionais para o interior do estado, a exemplo dos dirigentes regionais Carlos Augusto Diógenes Pinheiro (secretário de organização) e Sérgio Miranda de Brito (secretário político), que se voltaram para o trabalho de organização partidária no interior, fixando residência nesses locais. Até o ano de 1971, a estrutura do PC do B, na Bahia, foi eminentemente urbana e com atuação no meio estudantil. Em Salvador, concentrava-se o núcleo dirigente do partido, sendo a recomendação partidária de enviar militantes para o interior ignorada.

O deslocamento para o interior tinha o objetivo de realizar trabalho de pesquisa e levantamento de dados socioeconômico na região, a fim de identificar áreas onde trabalhadores assalariados pudessem encontrar “retaguarda”, quando estes desenvolvessem conflitos armados com o patronato^{xiv}. No entanto, processo militar consultado no acervo Brasil Nunca Mais (BNM 199/73) comprova o indiciamento de 26 ativistas do PC do B, destes com a participação de dois trabalhadores rurais. A maioria era formada por profissionais liberais e militantes com experiência estudantil, acusados de fomentar ações de luta armada entre os trabalhadores rurais da região e de reorganizar partido extinto pelo regime.

A interpretação das fontes – os processos judiciais e os depoimentos dos dirigentes e ex-militantes - levou-nos a concluir que o militantes para região do estado visava a dar maior assistência ao processo de organização partidária, cujas atividades apresentavam-se no nível de arregimentação de trabalhadores rurais e de colaboração entre a rede de simpatizantes e militantes residentes na região. A maior consequência do deslocamento de dirigentes para o

interior do estado foi o abandono de ações clandestinas em Salvador e o aprofundamento de atividades legais na universidade. A maior inserção nas atividades legais levariam o PC do B a reorganizar o movimento estudantil no ano de 1975, com a retomada de diretórios acadêmicos e do Diretório Acadêmico dos Estudante, da UFBa, com estrutura legal. Não obstante, com a intensificação das ações de guerrilha no Araguaia, houve também perseguição a militantes estudantis na cidade no ano de 1972 e 1973, o que levou a saída de militantes estudantis para outros estados.

Considerações finais.

A militância do PC do B, na Bahia, procurou pautar sua ação política no campo da resistência ao regime militar, utilizando-se tanto de mecanismos legais de atuação quanto a defesa da luta armada como possibilidade de realizar a revolução no país. Durante esse percurso, de 1965 a 1973, eles se defrontaram com desafios inerentes a precariedade da infraestrutura partidária à institucionalização do regime militar. Uma característica presente na militância é que ele esteve intimamente ligada ao movimento estudantil, segmento no qual o partido pôde conquistar adeptos que fizeram da organização a razão de sua existência.

O partido se fez presente no movimento de massa com uma proposta política e discurso tido como radical. Dando prova de engenhosidade política, o PC do B conseguiu executar uma política aparentemente ambígua: preparar-se para o movimento armado, que levaria ao Araguaia, e uma linha de massa com atividades legais e clandestinas para reestruturar as entidades estudantis colocadas na ilegalidade pelo regime. A particularidade da militância baiana está em precisamente ter combinado estas duas táticas distintas: a armada e a de massa. Mas foi essa tática aparentemente ambígua que foi responsável pela conquista de uma hegemonia cultura e política do PC do B no movimento estudantil baiano ao longo da década de 70. Situação muito diferente do início do partido, quando surgiu a partir de um grupo

localizado na Faculdade de Direito da UFBA. O PC do B que se consolida na década de 70 é uma outra história a ser contada.

Salvador, 31 de maio de 2005.

ⁱ Andréa Cristiana Santos é mestre e professora da Universidade do Estado da Bahia. Este artigo é resultante da dissertação, com título homônimo, em História Social, defendida no programa de Pós-graduação da UFBA. e-mail: andrea.csantos@uol.com.br.

ⁱⁱ Participariam da guerrilha os militantes baianos Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Demerval Pereira, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira, José Lima Piauí Dourado, Maurício Grabois, Nelson Lima Piauí Dourado, Rosalindo Souza, Vandick Reidner Coqueiro e Uirassu Batista. Destes, apenas Maurício Grabois e Nelson Dourado não tiveram participação no movimento estudantil baiano nos anos de 1965 e 1973.

ⁱⁱⁱ Foram usadas como fontes na dissertação, da qual se originou esse artigo, 22 depoimentos de militantes e ex-militantes, processos militares do Fundo Brasil Nunca Mais (BNM), inquérito policial do acervo da Superintendência da Polícia Federal dos Estados de Sergipe e Bahia; além de imprensa, documentos partidários.

^{iv} Depoimento do militante Vítor Hugo Soares, em 27/01/2000.

^v Os conflitos entre os militantes do PC do B, os estudantes- policiais foram retratados no jornal A Tarde, 23/08/1967.

^{vi} Relatório Complementar do Inquérito 28/68, BNM 71/69, p. 962, encontrado no acervo do Fundo Brasil Nunca Mais, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

^{vii} Cf. matéria do jornal A Tarde, de 14/02/1969.

^{viii} Depoimento do militante Amalio Couto, em 26/06/2000.

^{ix} Cf. Inquérito policial 20/69, do acervo da Polícia Federal do Estado da Bahia e Sergipe, pesquisado pela autora.

^x Sobre a participação do Reitoria da UFBA, ver BRITO, Antônio Maurício. Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA. Dissertação de Mestrado em História. FFCH/UFBA, 2003.

^{xi} Cf. Sentença do Mandado de Segurança, autos 2002/69. livro de Sentença, folhas 10-11. do Tribunal de Justiça Federal da União, constante de acervo particular de Amalio Couto.

^{xii} CF. **Partido Comunista do Brasil**: Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil, 1974a, p. 156

^{xiii} Os estudos compreendem GALDINO, Antônio Carlos. O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1994; SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil – Propostas teóricas e prática política. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2000. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo. Ática. 1994.

^{xiv} Depoimento de Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, em 23/12/2003.